



Informe de Política Exterior Brasileira
Nº 684



21/11/2021 a 27/11/2021¹

O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Coordenação: Profa. Dra. Bárbara Motta, Prof. Dr. Eduardo Mei, Profa. Dra. Érica Cristina Winand, Prof. Me. Jorge Oliveira Rodrigues, Profa. Dra. Livia Peres Milani.

Equipe de revisão: Profa. Dra. Livia Peres Milani, Prof. Guilherme Paul Berdu, Adler Silva, Ailton Salvadori, Arthur de Freitas, Enio Sacramento, Gabriela Guillard, Heitor Torres Vieira, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Mariah Luiza dos Anjos, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa.

Equipe de redação: Adler Silva, Ailton Salvadori, Arthur de Freitas, Enio Sacramento, Gabriela Guillard, Heitor Torres Vieira, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Mariah Luiza dos Anjos, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa.

¹Nos dias 21, 24, 26 e 27 de novembro não houve notícias de política exterior brasileira.

Governo fez indicações de cargos para o Itamaraty

No dia 22 de novembro, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) indicou o então ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro Silva, para o cargo de embaixador em Portugal. Foram registradas ainda no Diário Oficial da União as indicações de José Antônio Marcondes de Carvalho para o cargo de embaixador do Brasil no Paraguai, do diplomata Fábio Vaz Pitaluga, que está sendo indicado para o cargo de embaixador do Brasil na Armênia e de João Luiz de Barros Pereira Pinto para a embaixada do Brasil em Marrocos. Todos os nomes ainda serão avaliados pelo Senado Federal ([O Estado de S. Paulo - On-line - Política - 22/11/2021](#)).

Ministros e Aprosoja Brasil criticaram proposta da UE de banimento de importações brasileiras

No dia 22 de novembro, por meio de entrevista, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, criticou a proposta da União Europeia de banir importações brasileiras associadas ao desmatamento. Segundo Leite, as declarações são inadmissíveis e inaceitáveis. A posição foi reforçada pela ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, que afirmou se tratar de uma proposta de protecionismo climático. Os ministros ainda criticaram a proposta como unilateral e incabível. Além disso, no dia seguinte, por meio de comunicado, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) afirmou que a proposta da União Europeia (UE) é um protecionismo comercial disfarçado de preocupação ambiental. A Aprosoja Brasil alegou que a proposta de legislação é uma afronta à soberania nacional e coloca a conversão de uso do solo permitido em lei na mesma vala comum do desmatamento ilegal, que já é punido pela legislação ambiental brasileira ([Folha de S. Paulo - On-line - Mercado - 22/11/2021](#); [Folha de S. Paulo - On-line - Mercado - 23/11/2021](#)).

China afirmou que aceitará pedidos de importação de carne bovina brasileira

No dia 23 de novembro, a Administração-Geral de Alfândegas da China (Gacc) afirmou que aceitará pedidos de importação de carne bovina brasileira que tenha recebido certificado sanitário antes de 4 de setembro, potencialmente permitindo que os carregamentos retidos nos portos chineses finalmente sejam liberados na alfândega. Em áudio divulgado pela assessoria de imprensa do Ministério da Agricultura, a ministra Tereza Cristina informou que foi um processo mais demorado do que o esperado, mas a medida trouxe alívio aos exportadores que tinham lotes já em trânsito ou certificados, mas retidos nos portos, e que o próximo passo é acabar com a suspensão da carne brasileira. O Brasil suspendeu as exportações de carne bovina para a China em 4 de setembro após detectar dois casos atípicos de doença da vaca louca, porém a carne que já estava nos portos continuou sendo exportada, com a maior parte não conseguindo passar pela alfândega na chegada ao país asiático ([Folha de S. Paulo - On-line - Mercado - 23/11/2021](#); [O Estado de S. Paulo - On-line - Economia - 23/11/2021](#)).

Rússia informou que retomará a importação de carne bovina e suína do Brasil

No dia 23 de novembro, o regulador de segurança sanitária da Rússia informou que o país retomará a importação de carne bovina e suína de 12 unidades brasileiras nesta semana. A liberação aconteceu após a ministra da Agricultura brasileira, Tereza Cristina, ter se reunido em Moscou na semana passada com o chefe do Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária da Rússia, Sergey Dankvert, que ainda garantiu a realização de uma visita de inspeção ao Brasil, no primeiro trimestre de 2022, visando habilitação de novas plantas frigoríficas brasileiras para exportação. A maioria das restrições aos produtores brasileiros de carne bovina e suína pela Rússia está em vigor desde 2017, devido a alegações do uso do aditivo ractopamina na alimentação das criações, o que grupos brasileiros da indústria de carne negaram. Além disso, para o Brasil, maior exportador mundial de carne bovina, a Rússia é um mercado promissor, já que suas exportações para a China foram temporariamente suspensas em setembro, depois que dois casos atípicos de doença da vaca louca foram relatados no país sul-americano [sic] ([Folha de S. Paulo - On-line - Mercado - 23/11/2021](#)).

Bolsonaro chamou de provocativa a recepção de Lula na França

No dia 25 de novembro, por meio de entrevista, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) classificou como provocativa a recepção, na França, do ex-mandatário brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo líder francês, Emmanuel Macron. Em sua viagem à Europa, Lula foi recebido em Paris com honrarias pela guarda republicana e, em seu encontro com Macron, ambos discutiram a respeito de temas ligados ao Brasil, à América Latina e à União Europeia. O mandatário francês é um crítico da política ambiental adotada pelo governo Bolsonaro, enquanto o Brasil, atualmente, apresenta relações conturbadas com a França ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 25/11/2021](#)).

Brasil foi condenado por feminicídio em decisão pioneira de Corte Internacional

A Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu, em decisão pioneira, a responsabilidade do Brasil pelo assassinato de uma mulher, há 23 anos. No dia 17 de junho de 1998, Márcia Barbosa de Souza encontrou-se com Aécio Pereira da Lima, então deputado estadual da Paraíba pelo PFL (atual DEM) e, no dia seguinte, o corpo da mulher foi deixado em um terreno baldio, sendo que sua autópsia acusou morte por asfixia decorrente de sufocamento e espancamento. De acordo com Milena Fachin, professora de Direito Constitucional, o país nunca havia sido condenado por feminicídio antes e a imunidade parlamentar foi responsável por atrasar a responsabilização penal do assassino. Na época do crime, parlamentares só poderiam ser processados criminalmente com anuência dos pares, o que garantiu proteção ao deputado acusado. O veredito do tribunal não foca apenas a vítima e seus parentes, sendo que o Estado fica obrigado a criar um plano nacional para sensibilizar agentes que investigam crimes sob a ótica de gênero ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 25/11/2021](#)).